



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016405-14.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Edson Vernek**
Requerido: **Ctbc Celular**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantinha contrato com a ré para a prestação de serviços de TV, acesso à internet, telefone fixo e celular.

Alegou ainda que em 12 de abril de 2013 solicitou o cancelamento desses serviços porque mudaria de endereço, recebendo em seguida mensagem eletrônica da ré confirmando o cancelamento dos serviços de TV.

Salientou que passado algum tempo foi surpreendido com a notícia de que estava inserido perante órgãos de proteção ao crédito pela ré, apurando que a dívida se referia a período posterior ao cancelamento mencionado.

Almeja ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que experimentou.

A ré em contestação negou qualquer falha na prestação de seus serviços, tendo em vista que o cancelamento dos mesmos teria sucedido apenas em 23 de abril de 2013.

Em consequência, a dívida seria legítima, a exemplo da negatificação do autor, mas após a reclamação do mesmo – e levando em conta o baixo valor do débito – por mera liberalidade promoveu o seu cancelamento, bem como excluiu a negatificação que realizara.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O exame dos autos revela que a dívida em apreço, ao contrário do sustentado pela ré, não tinha lastro a sustentá-la.

Isso porque o documento de fl. 04 comprova que efetivamente o autor solicitou o cancelamento dos serviços de TV no dia 12 de abril, bem como que esse cancelamento sucedeu na mesma data.

A ré não impugnou tal documento, emitido por ela própria, e sequer se pronunciou sobre ele, de sorte que o mesmo encerra consistente elemento de convicção a respaldar a versão do autor.

Daí resulta a certeza de que a fatura de fl. 03, pertinente a espaço de tempo posterior ao cancelamento dos serviços (de 12 a 20 de abril), era inapta a gerar débito em detrimento do autor, reputando-se por isso a ausência de fundamento válido à sua negativação.

É o que basta ao reconhecimento de que o autor em função do ocorrido sofreu danos morais passíveis de ressarcimento, consoante pacífica jurisprudência sobre o tema:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; REsp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

Todavia, o valor da indenização não haverá de ser o proclamado pelo autor, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em dois mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**